


# Encontro de Arquivos Científicos

20 A 21 DE OUTUBRO DE 2003

Rio de Janeiro 2006

EDIÇÕES  Casa de Rui Barbosa  
Museu de Astronomia e Ciências Afins

## O Museu Paraense Emílio Goeldi e a memória científica da Amazônia: gestão, preservação e acesso

DORALICE DOS SANTOS ROMEIRO

Coordenadora de Informação e Documentação  
do Museu Paraense Emílio Goeldi

O Museu Paraense Emílio Goeldi é a mais antiga instituição científica da Região Amazônica. Foi criado em 1866 a partir da Associação Philomática, formada por um grupo de intelectuais e políticos liderados por Domingos Soares Ferreira Pena, que pretendia criar um museu na região, onde seriam desenvolvidos estudos sobre a natureza e a sociedade amazônicas, nos moldes dos grandes museus europeus de História Natural do século XIX. Ao longo de sua história, o Museu tem alternado fases de grande produção e fases de decadência, decorrentes quase sempre dos diversos contextos políticos e econômicos regionais e nacionais. Utilizarei aqui a cronologia adotada por Leite, R. A. O. (1993):

1866 a 1894 – Pesquisa científica não implementada de forma sistemática. Formação de coleções arqueológicas, etnográficas, zoológicas, botânicas e mineralógicas.

1894 a 1921 – Emílio Goeldi, naturalista suíço, assume a direção do Museu. É incorporada uma filosofia de trabalho científico e delimitadas suas áreas de atuação: Zoologia, Botânica, Etnologia, Arqueologia, Geologia/Mineralogia. Desenvolve-se o quadro científico do Museu com a incorporação de cientistas estrangeiros. Crescimento qualitativo e quantitativo das coleções.

1921 a 1930 – Transfere-se para o Museu Nacional a única pesquisadora que restava do período anterior. As coleções são mantidas graças ao esforço pessoal de um funcionário.

1930 a 1954 – Pesquisa científica não prioritária, voltando-se os interesses para os estudos aplicados de piscicultura, criação intensiva de certas espécies de animais e cultivo de espécies amazônicas, entre as quais as palmeiras amazônicas.

1954 até hoje – Criação do CNPq em 1951. Em 1954 é instalado o INPA – Instituto Nacional da Amazônia. O Museu Goeldi passa à

esfera federal. A pesquisa científica é reativada nas áreas principais de atuação do Museu, passando a incluir também estudos de natureza econômica. As coleções são ampliadas e dinamizadas.

Hoje o Museu Paraense Emílio Goeldi ocupa três espaços físicos: o Parque Zoobotânico, uma área de 5,2 hectares, no centro da cidade de Belém, que constitui uma amostra viva da natureza da região, um importante centro turístico, de educação e entretenimento, que recebe em média 200.000 visitantes/ano, com cerca de três mil exemplares botânicos, 309 espécies botânicas e 600 animais, com cerca de 100 espécies, entre as quais espécies raras e ameaçadas de extinção. É também um elemento importante de identidade cultural da cidade, contendo ainda grande número de prédios históricos; o Campus de Pesquisa, com cerca de dez hectares, onde estão localizadas todas as unidades de pesquisa e as coleções científicas; e a Estação Científica Ferreira Penna, com 3.000m<sup>2</sup> em 33.000 hectares da Floresta Nacional de Caxiuanã, no Município de Melgaço, 350km a oeste de Belém. Tem a finalidade de apoiar programas de pesquisa do Museu Goeldi e da comunidade nacional e internacional, além de apoio a teses de mestrado, doutorado, cursos de campo, seminários e visitas orientadas. Trata-se de uma área preservada, possuindo alguns dos ecossistemas naturais mais representativos da região amazônica.

O Museu Paraense Emílio Goeldi é hoje uma das unidades de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia e tem como suas áreas de interesse para estudos e pesquisas Botânica, Zoologia, Arqueologia, Antropologia, Lingüística, Ciências da Terra, Ecologia e assuntos amazônicos.

Em 1996, o Museu Goeldi define sua missão: "Produzir e difundir conhecimentos e acervos sobre sistemas naturais e socioculturais relacionados à Amazônia". Temos, portanto, duas atividades finalísticas: a produção e a difusão do conhecimento. Este é nosso fio condutor para a organização da massa documental produzida e acumulada ao longo dos 137 anos do Museu Goeldi. Em nossos estudos e vivência institucional, esta missão já aparece delineada desde os Estatutos da Associação Philomática e no primeiro *Boletim do Museu*, em 1896. Não cabe neste

momento nos aprofundarmos nessa questão, mas para o Museu Goeldi a difusão do conhecimento, ou, como dizemos modernamente, sua comunicação, tem uma importância tão grande quanto sua produção. Já nos primeiros relatórios de Goeldi é ressaltado o caráter didático que o então Museu Paraense deve oferecer a seus visitantes.

Em 1982 realiza-se em Belém a I Reunião sobre Documentação Histórica e Administrativa da Amazônia, sendo o Museu Goeldi uma das instituições promotoras do evento. Nele surgem como recomendações a necessidade de capacitação de profissionais na área de Arquivologia e a necessidade de implementação de uma unidade de arquivo no Museu Goeldi. Com essas finalidades, o Museu Goeldi, envia um grupo de profissionais para capacitação na Universidade Federal Fluminense e na Universidade de São Paulo. Em 1984, através de projeto financiado pela IBM Brasil, coordenado por Helena Silveira, do Museu Goeldi, são organizados acervos privados de interesse para a região e é montada toda uma estrutura para organizar a produção documental institucional. No processo de resgate da memória institucional surge em 1987 a inclusão formal do Arquivo no organograma do Museu Goeldi. Cabe mencionar que até então a massa documental do Museu Goeldi existia como arquivo morto, sob responsabilidade de um funcionário administrativo.

Tendo em vista as atividades e funções da instituição, foram delimitadas as linhas de acervo do Arquivo do Museu Goeldi, assim constituídas:

Fundo Museu Goeldi: documentos técnicos e administrativos, em fases intermediária/permanente;

Fundos privados: arquivos pessoais, totais ou parciais em formas originais ou reproduzidos de pessoas, famílias e/ou instituições ligadas a ciência e tecnologia da Amazônia e de interesse institucional;

Fundos especiais: pesquisas de terceiros ou similares. Fundos públicos em forma reproduzida, custodiados pelo Museu.

Consideramos a definição das linhas de acervo um aspecto muito importante na organização das unidades de arquivo de instituições científicas, uma vez que quase sempre há uma demanda de doações de acervos privados, o que faz com que muitas vezes acervos que não tenham ligações com as atividades-fim institucionais sejam recebidos. É também

importante que as instituições tenham referências sobre as atividades desenvolvidas por outras instituições para que possam encaminhar essas doações. Daí a necessidade de instituições detentoras de acervos atuarem em sintonia. Por outro lado, não podemos esquecer que, especialmente em uma cidade onde são poucas as opções de guarda de documentação privada, temos uma responsabilidade muito grande. Por isso, em nosso caso, abrimos uma linha para acervos especiais, onde, sob determinadas condições, podemos abrigar documentação de terceiros.

Para o Fundo Museu Goeldi, estabelecemos como fundamento de nossa Política de Gestão Documental uma visão sistêmica, pois não podemos mais considerar de um lado a administração e de outro os documentos de valor cultural, informacional ou histórico. A função arquivística é um todo indivisível, havendo uma série de tarefas que caberão aos profissionais de arquivo. Como afirma a arquivista e historiadora Heloísa Bellotto, “a História se faz com uma infinidade de papéis cotidianos”. Sendo a História uma ciência, é também um processo e portanto os documentos não nascem históricos, mas tornam-se históricos.

No processo de gestão documental do Fundo Goeldi elaboramos em 1991 um Plano de Classificação de Assuntos e Tabela de Temporalidade, revisto em 2002. Como é do conhecimento de todos, tais instrumentos para os arquivos do Poder Executivo já têm normatização pelo Arquivo Nacional e nosso modelo segue tais padrões. É também recomendação do Arquivo Nacional que as instituições façam as devidas adaptações às realidades institucionais. Desse modo, estabelecemos em nosso sistema classificatório as classes referentes às atividades-meio e às atividades-fim, quais sejam a Administração, a Pesquisa e a Difusão. É importante salientar que consideramos as atividades documentais ligadas à Difusão uma atividade-fim da instituição. Consideramos que em instituições de pesquisa as atividades de documentação e informação não podem ser consideradas atividades de apoio, mas sim atividades fundamentais ao processo científico.

Em nossa Tabela de Temporalidade adotamos, com as devidas adaptações, o modelo preconizado pelo Arquivo Nacional, incluindo os documentos produzidos pelas atividades de Pesquisa e Difusão.

Nos documentos de valor permanente, estabelecemos um arranjo baseado inicialmente nas três primeiras administrações, pois nesse momento é a figura do diretor que aglutina todas as funções institucionais. Estabelecemos um corte cronológico em 1954, quando o Museu Goeldi passa à esfera federal e são considerados de valor permanente ou histórico todos os documentos anteriores a essa data. No momento, pretendemos publicar um instrumento de pesquisa para as três primeiras administrações.

Quanto aos arquivos privados, temos hoje dez fundos, parte deles de cientistas e pesquisadores que desenvolveram suas atividades no Museu Goeldi, com suas anotações pessoais, cadernetas de campo e originais de suas pesquisas. Trabalhamos agora com a documentação pertencente a Augusto Meira Filho, historiador, engenheiro e político, cujo acervo constitui importante fonte para estudos sobre o processo de urbanização da cidade de Belém nas décadas de 40 e 50. Está sendo organizado um inventário desse fundo. Já possuímos dois inventários publicados acerca de outros dois acervos pessoais, referentes à documentação de João Martins da Silva Coutinho, engenheiro e explorador no século XIX, e Rudolf Shuller, americanista e documentalista do início do século XX. Temos uma demanda considerável de consultas aos acervos privados, uma vez que somos a única instituição no Estado a receber tais acervos.

Em relação à preservação física do acervo, enfrentamos sérios problemas, especialmente se considerarmos as condições de umidade e calor regionais, que propiciam a proliferação de fungos e outros agentes biológicos. No momento, encontramos-nos com sérios problemas na guarda dessa documentação. Todavia, a Coleção Fotográfica, que conta com um acervo de cerca de 22.000 fotografias, entre as quais cerca de 1.500 negativos de vidro, está atualmente sendo transferida para um local mais adequado, após um processo de limpeza minuciosa, peça por peça. Como fazemos parte de uma instituição com 17 coleções, em que a questão da preservação é crucial, esperamos que um Programa de Conservação Preventiva seja implementado e que possamos contar com atitudes de preservação mais efetivas.

Quanto ao acesso, há um grande esforço institucional de divulgação, através de *sites* da Internet, por bases de dados e por catálogos de

seus acervos, não apenas os arquivísticos. Isto demanda até mesmo uma nova postura dos detentores desses acervos, uma vez que cada vez mais os eixos das discussões se deslocam da guarda para o acesso, através de diversos meios. No momento, envidamos esforços para montagem de uma base de dados que possa dar acesso às informações e até mesmo às imagens do acervo arquivístico.

As dificuldades são grandes: temos um grande acervo documental arquivístico e uma produção diária de documentos nos mais variados suportes, dadas as dimensões de uma instituição de pesquisa que estuda a sócio e a biodiversidade amazônicas, com pesquisas e projetos em praticamente toda a região amazônica. Necessitamos de mais recursos humanos e, acima de tudo, de espaço físico, de infra-estrutura adequada, pois até o momento não possuímos prédio próprio. Elaboramos projeto para a Fundação Vitae, ADAI e entraremos com licitação ainda este ano para construção de prédio. Mas há muito a fazer. Nesse sentido, sublinho como uma questão importante para uma discussão acerca de arquivos científicos a questão do gerenciamento e arquivamento dos documentos eletrônicos, que já são nas instituições de pesquisa a realidade cotidiana e que implicam novos paradigmas, pesquisas nas áreas de *hardware* e *software* e muito mais aporte de recursos.

Finalizando, consideramos o trabalho nos arquivos um reconstruir diário e um esforço contínuo para dar visibilidade às nossas atividades. Mais do que nunca, quando hoje se discute o acesso à ciência e a necessidade de estabelecimento de um diálogo entre ciência e sociedade, os arquivos das instituições científicas têm uma importância vital para essas instituições e assumem o papel de espaços privilegiados, não do passado, mas acima de tudo, do futuro.

#### Referências bibliográficas

- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. 198 p.
- LEITE, R. O. *Difusão da ciência moderna em instituições de ciência e tecnologia: um estudo de caso – o Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 104 p.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. *Plano de classificação de documentos de arquivo*. 1991

\_\_\_\_\_. *Tabela de temporalidade*. Ed. atual. rev., 2002.

SILVA, J. A. *Por uma política nacional de arquivos*. <http://www.arquivonacional.gov.br>